

A BNCC E O SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SURUBIM: REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

Autor: Éverton Lima de Arruda
Orientadora: Patrícia Silva de Lira Lacerda Pinheiro

Faculdade Escritor Osman da Costa Lins
evertonarruda1@hotmail.com, patricialira@hipolito.com.br

Resumo: Neste artigo aborda-se a implantação da Base Nacional Comum Curricular e sua relação com os descritores de língua portuguesa para o 9º Ano do Ensino Fundamental nos testes do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de Surubim/PE. Objetiva analisar o Eixo de Formação de Leitura da BNCC e as implicações da avaliação externa para a política educacional do referido município, voltada às aulas de língua portuguesa. Para tanto utilizou-se a pesquisa bibliográfica, buscando assim, evidenciar os efeitos do modelo de avaliação externa adotado e os descritores de Língua Portuguesa e as contribuições da BNCC, cuja finalidade é orientar os sistemas educacionais na elaboração de suas propostas curriculares, numa perspectiva de garantir a efetivação da Educação Básica em nosso país.

Palavras-chave: Sistema Municipal de Avaliação, Língua Portuguesa, BNCC, Descritores.

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte e seis anos, a política de Avaliação Educacional avançou significativamente no Brasil. Paralelamente aos sistemas nacionais, Estados e Municípios também organizaram seus sistemas de avaliação das aprendizagens.

De sorte que este artigo busca evidenciar os efeitos do modelo do sistema de avaliação educacional externa adotado pelo Município de Surubim e os descritores de Língua Portuguesa deste e as contribuições da BNCC para tal.

Nesse sentido, cabe mencionar a avaliação que é feita na escola e que sempre foi um tema de grande relevância no contexto da educação. Muitos foram os debates sobre a avaliação da aprendizagem ao longo dos anos.

Em meados de 1990, tomou outra dimensão, e a partir de então, passou-se a discutir a avaliação externa, a qual é operacionalizada por sujeitos fora do ambiente escolar.

Partindo do pressuposto da avaliação externa como um processo que subsidia órgãos educacionais, tais como, escolas e redes de ensino a repensarem as políticas e práticas pedagógicas com vistas às funções diagnósticas e formativas da avaliação educacional, buscou-se analisar os efeitos do modelo de avaliação externa adotado pela Secretaria Municipal de

Educação de Surubim/PE, atendo-se aos descritores de Língua Portuguesa do SIMAES e da Base Nacional Comum Curricular.

A pesquisa foi fundamentada nos seguintes autores: Depresbiteris (2001) que enfatiza os propósitos da avaliação escolar. Freitas (2009) que destaca a avaliação como um instrumento. Penin (2009) que destaca a importância da Avaliação Interna e Externa. Outrossim, também atentamos para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. A Constituição Federal de 1988, por conseguinte não fora esquecida. Além do mais, observa-se a BNCC (2016) que orienta os sistemas de ensino e tem como fundamento o direito à aprendizagem. E na Revista Pedagógica do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de Surubim (2016).

O método utilizado para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, contribuindo para as reflexões, análises e propostas de intervenções necessárias.

PERCURSO HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Ao longo dos anos a avaliação tornou-se um tema de destaque na educação brasileira e sendo cada vez mais percebida, como um importante instrumento no que diz respeito a qualidade da educação.

Em razão disso, o Ministério da Educação criou vários mecanismos que visam orientar as políticas educacionais e favorecer a promoção de uma educação de qualidade. Logo, o governo federal criou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, o Exame Nacional de Cursos (ENC), em 1995 e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 1998, a Prova Brasil em 2005, em 2007 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb). E nesse caminho, os governos estaduais e municipais ampliaram esse movimento com a criação de seus próprios sistemas de avaliação do ensino, sendo pioneiros o Estado do Ceará (1992), Minas Gerais (1992), São Paulo (1996) e Pernambuco um pouco mais recente (2000).

Logo, desde a promulgação da Constituição Federal (1988), a avaliação educacional é tratada como pertinente à qualidade da educação. Em seu artigo 206, a "garantia de padrão de qualidade" pode ser vista como um dos princípios basilares do ensino.

Ainda Freitas (2009, p. 47), destaca que essa avaliação é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas.

Por conseguinte, se concebe que a avaliação educacional no Brasil galgou êxito ao longo do tempo e que vem sofrendo constantes mudanças, visto os estudos que apontam resultados às vezes muito favoráveis, outras não, e dessa forma, os sistemas repensam suas práticas.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que visa sistematizar o que é ensinado nas escolas do Brasil inteiro, contemplando a educação infantil até o ensino médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, estabeleceu a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para os ensinos fundamental e médio. Porém, estes não eram tão detalhados e objetivos quanto almeja ser a BNCC.

A Base objetiva garantir que todos os estudantes do Brasil tenham acesso a um mesmo conteúdo mínimo, conforme definido pelo documento. A saber, isso não significa a exclusão de diferenças regionais e locais no ensino.

Considerando a construção da BNCC, percebe-se que houve um democrático processo, de forma que:

A elaboração de uma base comum para os currículos nacionais, na perspectiva de um pacto interfederativo, teve início com a constituição de um Comitê de Assessores e Especialistas, com ampla representatividade, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Compuseram este Comitê professores universitários, atuantes na pesquisa e no ensino das diferentes áreas de conhecimento da Educação Básica, docentes da Educação Básica e técnicos das secretarias de educação, esses dois últimos indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Coube ao Comitê a redação dos documentos preliminares da BNCC, disponibilizados à consulta pública pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) entre setembro de 2015 e março de 2016. Esses documentos estiveram disponíveis no Portal da Base, espaço criado na web para tornar pública a proposta da BNCC e, ao mesmo tempo, acolher contribuições para sua crítica e reformulação pela sociedade. Essas contribuições foram recebidas, mediante cadastramento dos participantes da consulta, a partir de três categorias: indivíduos (estudante da Educação Básica ou Ensino Superior; professor da Educação Básica ou Ensino Superior; pai ou responsável por estudante da Educação Básica; “outro”), organizações (sociedades científicas, associações e demais organizações interessadas) e redes (escolas, redes de ensino). Cadastraram-se, no Portal, 305.569 indivíduos, 4.298 organizações e 45.049 escolas, em todo o território nacional. (BNCC, p. 29-30).

Percebemos assim, que a BNCC não surgiu da noite para o dia, muitos foram os envolvidos no processo, de modo que ela não se constituísse apenas num documento, mas sim, um norteador da Educação Básica.

Deserto, não se pode deixar de mencionar os princípios da BNCC e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, atentando para o fato de que:

Em conformidade com o PNE (2014-2024), à Base Nacional Comum Curricular cabe definir direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que orientarão a elaboração dos currículos nacionais. Na BNCC, as concepções de direito de aprendizagem e desenvolvimento são, portanto, balizadoras da proposição dos objetivos de aprendizagem para cada componente curricular. Aprendizagem e desenvolvimento são processos contínuos que se referem a mudanças que se dão ao longo da vida, integrando aspectos físicos, emocionais, afetivos, sociais e cognitivos. Ao tratar do direito de aprender e de se desenvolver, busca-se colocar em perspectiva as oportunidades de desenvolvimento do/a estudante e os meios para garantir-lhe a formação comum, imprescindível ao exercício da cidadania. Nesse sentido, no âmbito da BNCC são definidos alguns direitos fundamentais à aprendizagem e ao desenvolvimento com os quais o trabalho que se realiza em todas as etapas da Educação Básica deve se comprometer. **Esses direitos se explicitam em relação aos princípios éticos, políticos e estéticos**, nos quais se fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais, e que devem orientar uma educação básica que vise à formação humana integral, a construção de uma sociedade mais justa, na qual todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão sejam combatidas. (BNCC, p. 34, grifo nosso).

A saber, tais princípios são importantes e estão presentes em cada uma das etapas da Educação Básica - Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e na Educação em Direitos Humanos.

Assim, a segunda versão da BNCC, elenca:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é referência para a formulação e implementação de currículos para a educação básica por estados, Distrito Federal e municípios, e para a formulação dos Projetos Pedagógicos das escolas. Avança em relação a documentos normativos anteriores ao definir direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento os quais todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros devem ter acesso ao longo de seu processo de escolarização (2016, p. 45).

Por conseguinte, a BNCC se configura como uma importante referência e apoio pedagógico para a educação básica dos diversos entes federados.

Logo, para embasamento deste trabalho, buscamos refletir acerca do eixo de formação de Língua Portuguesa para os anos Finais do Ensino Fundamental (Eixo Leitura), elencados na

BNCC e nos descritores de Língua Portuguesa do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de Surubim (SIMAES), mais especificamente do nono ano.

Agora apresenta-se o Eixo de Formação de Língua Portuguesa (Leitura) apresentado na Base Nacional Comum Curricular (2016):

Tabela 01: Eixo de Formação de Língua Portuguesa (Leitura)

EIXO	CAMPO	9º ANO
LEITURA	<i>Todos os campos de atuação</i>	(EF09LP01) Ler textos de diferentes gêneros, literários e não literários (impressos ou eletrônicos), que circulam em diferentes esferas sociais, mais extensos e com vocabulário pouco usual, inclusive com a presença de termos técnicos.
	<i>Campo da Vida Cotidiana</i>	(EF09LP02) Analisar, em textos do cotidiano, em registro formal, como cartas e alguns tipos de e-mails, a adequação das escolhas linguístico-discursivas (lexicais, formas de tratamento, concordância, regência) adequadas à interlocução.
	<i>Campo Literário</i>	<p>(EF09LP03) Ler gêneros diversos de narrativas literárias da literatura brasileira e mundial.</p> <p>(EF09LP04) Avaliar o ponto de vista a partir do qual uma história é narrada e as diferentes vozes presentes na narrativa.</p> <p>(EF09LP05) Compreender, na leitura de narrativas literárias, figuras de linguagem (metáfora, metonímia, paradoxo, hipérbole, ironia etc.).</p> <p>(EF09LP06) Ler poemas da literatura brasileira e mundial.</p> <p>(EF09LP07) Comparar diferentes gêneros de poemas, identificando elementos socioculturais envolvidos na sua produção.</p> <p>(EF09LP08) Analisar os efeitos de sentido decorrentes da articulação entre forma- dimensão sonora e imagética – e conteúdo – dimensão semântica – em poemas.</p> <p>(EF09LP09) Compreender processos figurativos de produção de sentidos na linguagem, com destaque a ironia, a antítese, paradoxo.</p> <p>(EF09LP10) Reconhecer e analisar, em textos literários narrativos e poéticos, a presença de</p>

		diferentes tipos de intertextualidade, tais como: paródias, paráfrases e pastiche.
	<i>Campo Político-Cidadão</i>	<p>(EF09LP11) Avaliar, em depoimentos, entrevistas, editoriais, artigos de opinião, posicionamentos que constroem a argumentação.</p> <p>(EF09LP12) Reconhecer diferentes tipos de argumentos – de autoridade, por comprovação, por exemplificação, de causa e consequência - em gêneros argumentativos diversos.</p> <p>(EF09LP13) Analisar a organização textual (artigos, incisos, capítulos etc.) e a seleção lexical e morfosintática, na leitura de gêneros como o Código de Defesa do Consumidor, avaliando suas implicações para a vida em sociedade.</p>
	<i>Campo Investigativo</i>	(EF09LP14) Comparar e avaliar informações apresentadas em diferentes textos didático-expositivos que articulam diferentes modalidades de linguagem – imagens, sons, texto verbal – e circulam em diferentes suportes.

Fonte: BNCC (2016), Edição da tabela pelo Autor.

Tabela 02: Matriz de Referência de Língua Portuguesa do 9º Ano, (SIMAES, 2016)

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
ITEM	DESCRIPTOR
01	Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.
02	Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.
03	Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto, etc.).
04	Identificar a tese de um texto.
05	Identificar o tema de um texto.
06	Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.
07	Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.
08	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.
09	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.
10	Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.

Fonte: Revista Pedagógica (SIMAES, 2016).

SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SURUBIM

O Sistema Municipal de Avaliação Educacional de Surubim (SIMAES) foi implantado em 2014 e objetiva sinalizar o processo ensino aprendizagem.

Saliente-se que não é centrado unicamente no conteúdo trabalhado, mas na capacidade de contextualização revelada pelo aluno em ampliar os ensinamentos de um conteúdo em outros níveis de pensamento e até mesmo em outras áreas do conhecimento.

Com efeito, o SIMAES se utiliza da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que permite verificar a proficiência de indivíduos e assim avaliar suas competências e habilidades.

Para aferir o nível de desenvolvimento dos estudantes, são aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática aos alunos matriculados no 3º Ano EFI, 4º Ano EFI e do 9º do EFII em duas etapas.

Vejam os a seguir um exemplo de questão de Língua Portuguesa no teste do 9º ano, conforme o descritor:

Imagem 1: Exemplo de questão do teste de Língua Portuguesa – SIMAES (2016)

Descritor 2: Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.

A escola do YouTube

KHAN ACADEMY

Em 2004, nos EUA, um jovem americano chamado Salman Khan, filho de mãe indiana e pai de Bangladesh, queria ajudar sua prima, que morava na Índia, a estudar matemática. Como estava longe, gravou umas aulas em vídeo e as publicou no Youtube, para que a prima pudesse acessar suas explicações. Mas ele não esperava que suas aulas fossem virar hits. Khan começou a receber pedidos para que gravasse vídeos de outros assuntos. Assim surgiu a Khan Academy, hoje uma febre mundial. A Khan disponibiliza gratuitamente na internet mais de 3 200 aulas em vídeo e animação. Somados, eles já têm mais de 200 milhões de visualizações. Algumas escolas dos EUA (e do Brasil também!) utilizam os vídeos da Khan na sala de aula - o que aponta para uma sutil e gradual tendência de, aos poucos, substituir as tradicionais aulas com lousa e giz. "O velho modelo simplesmente não atende mais às necessidades das pessoas," diz Salman Khan. "É uma forma de aprender essencialmente passiva, mas o mundo requer uma maneira mais ativa de processar informação. E a tecnologia oferece isso."

<http://super.abril.com.br/comportamento/as-escolas-do-futuro>

A expressão utilizada no texto I, "**virar hits**", significa?

a) Ensinar de graça
b) Vídeos engraçados
c) **Obter sucesso**
d) Processar informações.

Fonte: Revista Pedagógica SIMAES (2016).

A habilidade avaliada por esse item tem por objetivo aferir se os estudantes são capazes de identificar o sentido de uma determinada palavra ou expressão, de acordo com o contexto

no qual está inserida. Sendo assim, tão importante quanto entender de que forma se manifesta o valor metafórico de um determinado vocábulo, é compreender de que maneira ele está relacionado ao contexto em que aparece, revelando sua significação. Nesse caso, o texto que dá suporte ao item é uma reportagem sobre o Khan Academy, que disponibiliza gratuitamente na internet mais de 3.200 aulas em vídeo e animação. Nesse contexto, encontra-se a expressão em análise no item, já que seria necessário o reconhecimento de que o termo “virar hits” é uma gíria e está associada ao sentido de obter sucesso. Sendo assim, aqueles que escolheram a alternativa C identificaram o gabarito.

Ressalte-se, que após a realização dos testes é realizada a análise e posteriormente divulgado o resultado do município e de cada escola participante, revelado na edição de uma Revista Pedagógica. Importa salientar que divulgados os resultados, são criados projetos de intervenção para as escolas da Rede Municipal de Ensino, objetivando garantir a efetivação das aprendizagens não apresentadas.

Portanto, como avaliação externa, o SIMAES, por sua vez, torna-se um instrumento significativo e dessa forma há três propósitos da avaliação nos sistemas de ensino como afirma Depresbiteris (2001, p. 144) “Fornecer resultados para a gestão da educação, subsidiar a melhoria dos projetos pedagógicos das escolas e propiciar informações para a melhoria da própria avaliação, o que a caracteriza como meta-avaliação”.

A saber, o SIMAES pode ser considerado como meio de refletir a prática educativa e também indicar resultados, conforme reflete Penin:

No âmbito interno, possibilita a avaliação como instrumento de ação formativa, levando instituições e os professores a refletirem a respeito de suas práticas e de seus objetivos e, assim, a melhorar sua ação docente e sua identidade profissional. Por outro, em âmbito externo, oferece informações para que tanto os pais quanto a sociedade, especialmente os sistemas de ensino, possam efetivar um relacionamento produtivo com a instituição escolar. Apurar os usos da avaliação, comparar resultados e comportamento de entrada dos alunos em cada situação e contexto social e institucional é da maior importância para não homogeneizar processos que são de fato diferentes. (2009, p. 23-24).

Logo, atentemos para as informações a seguir que demonstram o quanto a avaliação e sua sistematização são importantes e que garantem a identificação dos gargalos no âmbito avaliativo e institucional. Assim, cabe aos dirigentes municipais e escolas a tarefa de divulgar os resultados e apontar reflexões, soluções e possíveis intervenções

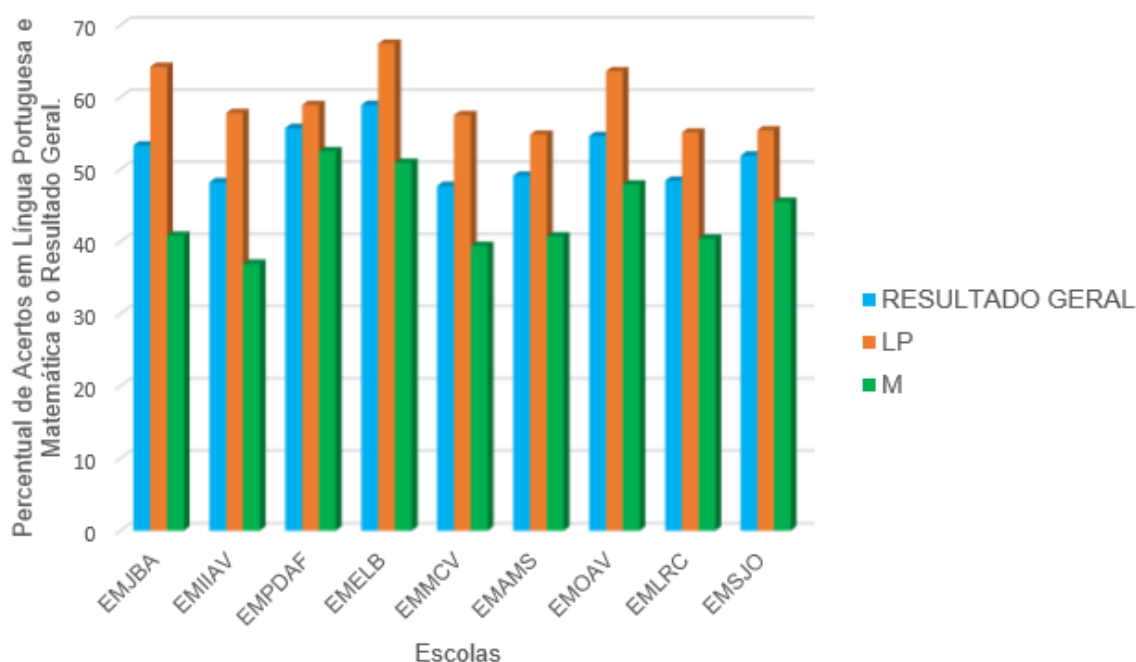
Imagem 2: Quadro Informações Percentuais de Participação (SIMAES) 2016

Número de Escolas Participantes	35	
Número de Alunos Previstos	2131	
Número de Alunos Efetivos	1816	
Percentual de Participação:		85,2%
3º Ano		
3º Ano	Participação Prevista	841
	Participação Efetiva	675 80%
5º Ano		
5º Ano	Participação Prevista	827
	Participação Efetiva	725 87%
9º Ano		
9º Ano	Participação Prevista	512
	Participação Efetiva	443 86%

O Sistema Municipal de Avaliação realizou a aplicação dos testes de Língua Portuguesa e Matemática no 3º, 5º e 9º ano do EF. Nessa edição, participaram efetivamente da avaliação 1816 educandos e educandas, correspondendo a 85,2%, que matematicamente possibilita realizar análises favoráveis.

No que se refere aos anos avaliados, 3º, 5º e 9º, os percentuais de participação também são consideráveis, sendo 80%, 87% e 86%, respectivamente, permitindo diagnosticar por meio dos resultados como os discentes da Rede Municipal de Ensino de Surubim desenvolveram as habilidades básicas, propostas por meio dos descritores de cada componente curricular presentes nos itens.

Imagem 3: Resultado Geral (SIMAES) 2016



De acordo com essa categoria apresentada – Escolas com 3º, 5º e 9º ano – percebe-se que as Escolas Municipais: Silvino José de Oliveira, Oliveiros de Andrade Vasconcelos, José Bezerra de Assis, Professor Dr. Amaro Fernandes, Ermelinda de Lucena Barbosa apresentam o Resultado acima de 50%. Fazendo-se uma análise dos resultados por disciplina e comparando com este, tem-se o seguinte: A Escola Municipal Ermelinda de Lucena Barbosa obtém o melhor desempenho 58,9%, destacando-se também em Língua Portuguesa 67,4%. Todas as escolas mostram um desempenho maior em Língua Portuguesa do que em Matemática.

Nesse sentido, as informações obtidas a partir do sistema de avaliação, indicam os direcionamentos do sistema de ensino, a necessidade de reflexão sobre os resultados, se os aspectos metodológicos adotados foram suficientes e o acompanhamento das políticas educacionais.

CONCLUSÃO

Tendo discutido acerca do Eixo Leitura de formação de Língua Portuguesa para os anos Finais do Ensino Fundamental, especificamente no 9º Ano, elencado na BNCC e também sobre os descritores da mesma disciplina dentro do contexto do Sistema Municipal de Avaliação

Educacional de Surubim (SIMAES), este artigo buscou refletir e analisá-los de modo que se possa propor intervenções.

Primeiramente considera-se a Avaliação Educacional no Brasil numa perspectiva histórica, seguindo uma discussão acerca da organização e contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referência para a Educação Básica em nosso país e dessa forma garantindo que todos os estudantes tenham acesso a um mesmo conteúdo mínimo e por fim refletiu-se um pouco acerca do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de Surubim, concebendo o mesmo como um importante instrumento pedagógico, que possibilita repensar os métodos utilizados e assim dar um redirecionamento nas propostas pedagógicas e planos de ensino.

Nesse sentido, percebeu-se que após a edição da Base Nacional, e analisando cada eixo da área de linguagens – língua portuguesa do 9º, e no caso, especificamente no eixo de leitura, o SIMAES foi ampliando ainda mais seus objetivos em 2016, pois os descritores analisados caminham no mesmo sentido, e assim, os resultados passaram a serem vistos como mecanismos de transformação e dessa forma fortaleceu o trabalho pedagógico, conseqüentemente a escola, por sua vez, constitui-se num espaço de garantia da aprendizagem de todos.

Diante disso, o desafio é trabalhar com os professores a utilização da BNCC em suas práticas pedagógicas, visto que é um documento novo, deve ser atrelada ao conhecimento da matriz de referência da avaliação externa do município, garantindo assim as aprendizagens dos estudantes ao longo do processo. É aí que se insere a necessidade de os municípios realizarem formações, grupos de estudo, entre outras ações com os professores da respectiva rede de ensino, estudando/discutindo a BNCC, pois a divulgação contribui para qualificar e assim desencadear uma transformação não apenas na escola, mas também em todo contexto em que se insere.

Paralelo a isso, há também a necessidade do município que tenha implantado o sistema próprio de avaliação, adequar sua matriz de referência a BNCC, contribuindo para a superação dos paradigmas tradicionais nesse campo.

REFERÊNCIAS

BNCC, 2016. 2ª versão revista. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc2versao.revista.pdf>> Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

Constituição Federal de 1988: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14 ago. 2016.

DEPRESBITERIS, L. Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos? Boletim Técnico do Senac. São Paulo, v. 27, n. 3, set.-dez. 2001.

FREITAS, L. C. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PENIN, Sônia; MARTÍNEZ, Miguel. Profissão docente: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009.